

ATELIÊ DE FORMAÇÃO SOBRE AS INICIATIVAS DE TRANSPARÊNCIA NAS
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS, E DO LANÇAMENTO DA COLIGAÇÃO
PUBLICAR O QUE VOCE PAGA
BISSAU, 19 A 21 DE MAIO 2008

RELATÓRIO FINAL

Organizado pelo Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz Democracia e Desenvolvimento, com o apoio financeiro da OSIWA, teve lugar em Bissau o ateliê de formação destinado aos membros das Organizações da sociedade civil, jornalistas, deputados e dirigentes da Administração Pública e privada.

A cerimónia solene de abertura foi presidida por sua Excelência a Sr.^a Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional **Dr.^a Maria da Conceição Nobre Cabral** em representação do Primeiro-ministro, na presença do Ministro dos Recursos Naturais Eng.º Soares Sambú, dos representantes do Corpo diplomático acreditados no país, do Sistema das Nações Unidas, do Representante da OSIWA e da coligação da Guiné-Conacri, bem como das organizações da sociedade civil em geral.

A sessão solene de abertura iniciou com o discurso de boas vindas do presidente da comissão organizadora **Dr. Luís Vaz Martins** que na sua breve intervenção destacou a disponibilidade e colaboração manifestada pelo governo da Guiné-Bissau através do Ministro dos Recursos Naturais, realçando a importância de uma parceria sã entre todos os intervenientes no processo de Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI).

De seguida, o **Sr. Jorge Gomes** na qualidade de Presidente do Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento, invocou os objectivos do ateliê que visa essencialmente adoptar as organizações da Sociedade Civil (OSC) com conhecimentos que lhes permitam melhorar a capacidade de intervenção no processo de boa governação e de transparência nas indústrias extractivas. Disse ainda que a iniciativa de lançamento da Coligação Publicar o que você paga não é um acto isolado das organizações da sociedade Civil Guineense, mas sim, insere-se no movimento global no continente Africano e no mundo em geral organizado em torno do chamado «Iniciativas Internacionais de Transparência nas Indústrias Extractivas ITIE», com a convicção de que a utilização prudente da riqueza proveniente dos recursos naturais deve constituir um motor importante para o crescimento sócio-económico que contribua para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

Por sua vez, o representante da OSIWA, **Sr. Michel Saraka**, disse que a sua organização tem redobrado esforços no sentido de apoiar a criação de coligações em vários países em

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

desenvolvimento. Nesta perspectiva já apoiou a criação de 9 Coligações Publicar o que você Paga na África ocidental.

A OSIWA sendo uma organização inserida na rede da Fundação SOROS, têm contribuído para a existência de sociedades abertas no mundo tendo efectuado uma consulta geral em Bissau em 2006 que contou com a participação de todos os actores nacionais.

Disse ainda que a PCQVP e a ITIE são, no entanto, iniciativas que a fundação SOROS e OSIWA apoiam quando trabalham para a divulgação das informações financeiras das indústrias extractivas, assim como a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos. Com este acto que assistimos hoje, a Guiné-Bissau será a 16ª coligação PCQVP a constituir-se em África.

O Ministro dos Recursos Naturais **Eng.º Soares Sambú** enquanto titular da entidade que tutela o sector mineiro, manifestou a total disponibilidade e engajamento do governo em colaborar com as organizações da sociedade civil com vista à implementação dos princípios e critérios da EITI no nosso país. Este responsável garantiu que enquanto governante não poupará esforços para que haja maior transparência na gestão das receitas e outros recursos provenientes da extracção das Indústrias extractivas.

Finalmente, a Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional **Dr.ª Maria de Conceição Nobre Cabral** felicitou as importantes acções que estão a ser levadas a cabo pelas OSC em prol do desenvolvimento sustentado da Guiné-Bissau, por isso, encoraja as mesmas a prosseguirem com esses trabalhos. Esta responsável da diplomacia guineense afirmou que o governo tudo fará para que os objectivos da ITIE sejam uma realidade na Guiné-Bissau em benefício da população, por isso transmitiu a mensagem de disponibilidade e de parceria que sua Excelência o Sr. Primeiro-ministro **Martinho N'Dafa Cabi** quer implementar na sua acção governativa com relação às OSC.

Segundo ela, os desafios com os quais o nosso país hoje se vê confrontado, não podem ser separadamente ultrapassados sem uma parceria séria. A nossa capacidade para construir grandes alianças a uma esfera nacional eficaz e justa, que já foi provada em variadíssimas ocasiões, dependerá directamente da capacidade do governo para responder às ameaças do século XXI, que são, entre outras, o aquecimento climático, as ameaças da perenidade do nosso abastecimento energético, da boa governação, da gestão transparente dos bens públicos e prevenção das catástrofes ambientais.

Diante dos excessos de uma globalização mal controlada, e dos riscos de um mundo antagónico, está convencida de que a Organização da Sociedade Civil, os Deputados, os medias e o Pessoal da Administração Publica podem dar uma contribuição importante no reforço da transparência, na boa gestão dos recursos minerais fundado no respeito por todas as regras da convivência legal e democrática.

SESSÕES TEMÁTICAS

Após a primeira parte do ateliê dedicada aos discursos, seguiu-se a fase de sessões de comunicações temáticas tendo sido apresentados os seguintes temas:

Quadro jurídico e institucional para a exploração de grandes reservas dos recursos naturais (Bauxite, Petróleo, Fosfato) os seus impactos na Sociedade.

No seu improviso, fez referência à existência de algumas legislações que regulamentam o processo de extracção dos minerais no nosso país. Tendo destacado que toda a propriedade que incide sobre a terra é do domínio público cabendo ao estado fazer as concessões aos privados.

Falou ainda da premente necessidade de se proceder a revisões de algumas legislações desajustadas com a actual conjuntura do país.

A campanha PCQVP e do processo ITIE- apresentada pela **Sr.^a Radhika Sarin** Coordenadora Internacional da Coligação PCQVP- começou por saudar o movimento da sociedade civil pela forma inteligente e organizada como providenciou a realização deste evento e os representantes das instituições públicas presentes no ateliê.

De seguida, falou da Campanha PCQVP e do processo ITIE, o seu conceito, como é que completa os objectivos da campanha PCQVP, quais são as suas limitações.

No decurso da sua comunicação evidenciou o paradoxo que existe entre a “abundância” dos recursos naturais em muitos países em desenvolvimento e a pobreza que os mesmos estão submetidos, situação que caracterizou de maldição dos recursos naturais em que três milhões e meio de pessoas que habitam nos países ricos em petróleo, gás e minerais estão submetidas a uma pobreza total.

Havendo boa governação, a exploração desses recursos pode gerar importantes proveitos para encorajar o crescimento sócio-económico e reduzir significativamente a pobreza. Mas se a governação é fraca, as receitas provenientes de exploração dos recursos naturais servem para alimentar a corrupção, conflitos e a pobreza, ao invés de contribuir para o desenvolvimento.

O reforço da governação na melhoria da transparência e a responsabilidade no sector extractivo assim como o fornecimento de informações às organizações da sociedade civil e os conhecimentos de que necessitam para pedir contas aos governantes sobre a utilização dos proveitos provenientes de exploração dos recursos naturais para o bem-estar das populações são as metas da ITIE.

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

As informações sobre a origem do ITIE, como realizam os seus objectivos, aspectos da sua implementação foram realçados durante a sua comunicação. Os pagamentos efectuados pelas empresas e as receitas recebidas pelos governos, devem ser objecto de uma auditoria independente e credível e os resultados das mesmas devem ser reconciliados, publicados e difundidos regularmente ao público através de mecanismos acessíveis e compreensíveis.

Numa comunicação aclarada, a **Sr.^a Radhica** falou do funcionamento do ITIE, tendo afirmado que o processo de adesão à iniciativa internacional de transparência deverá respeitar quatro primeiros critérios, a saber:

- (i) uma declaração pública indicando a intenção de implementar a ITIE;
- (ii) engajar-se em trabalhar com todos os actores concernentes (sociedade civil e o sector privado);
- (iii) a designação duma pessoa respeitada e competente que dirigirá a implementação da ITIE
- (iv) a publicação de um plano de trabalho aprovado por todas as partes concernentes.

A participação da sociedade civil é uma componente necessária e essencial no processo da ITIE porquanto esta última oferecer um espaço político ao primeiro como forma de permitir um diálogo nacional sobre a transparência dos proveitos dos recursos naturais.

Antes de terminar, a coordenadora chamou a atenção dos participantes de que a transparência por si só não é uma solução, pois constitui uma primeira etapa, pelo que deve ser associada a outras preocupações mais amplas sobre a governação e os direitos humanos. Portanto, o resultado final das nossas aspirações consiste em melhorar o desenvolvimento das populações dos países ricos em recursos mineiros.

- **Quadro jurídico institucional da célula de avaliação de impacte ambiental (CAIA)** - apresentado por **Eng.^o Mário Biaguê** coordenador desta instituição.

Começou com breve panorama histórico de avaliação do impacte ambiental (AA) que segundo ele, surgiu na década de 60 depois de o Homem ter começado a deparar com catástrofes naturais (chuvas ácidas, cheias e inundações, desaparecimento de várias espécies, surgimento de muitas doenças) resultantes das actividades ou acções do homem (desenvolvimento de projectos, programas, planos e politicas sem ter em conta a dimensão social e ecológica).

Avaliação do impacte ambiental como um instrumento de política ambiental

É um instrumento constitucional da política ambiental formado por um conjunto de procedimentos do qual, permite o poder público através da autoridade competente que seja capaz de assegurar, desde o início do processo (planificação, implementação e desactivação) que se faça um exame sistemático dos impactes ambientais de uma acção

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

proposta (projeto, programa, plano ou política) e das suas alternativas, e cujos resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles considerados. Além disso, os procedimentos devem garantir adopção de medidas de protecção do ambiente, determinada no caso da decisão de implantação do projecto.

Nesta perspectiva a AA surge como um instrumento de prevenção com vista a conter os efeitos nefastos da acção do homem.

Assim, a AA tem várias vantagens dentre as quais se destacam:

- ☞ Participação do público;
- ☞ Protecção crescente da saúde humana;
- ☞ Exploração durável dos Recursos Naturais;
- ☞ Redução do custo de projecto e de atraso;
- ☞ Minimização dos riscos e de catástrofes ecológicas;
- ☞ Crescente imputabilidade do Governo.

As acções e experiências do grupo de trabalho sobre o Petróleo, convenções e protocolos internacionais para a avaliação ambiental, estratégia-governança- Apresentado pelo Sr. Sonda JACQUES

Na sua abordagem falou da criação do grupo que aconteceu em Setembro de 2005 impulsionado pela fundação **SWISSAID, UICN, TINIGUENA e IBAP**.

Este grupo conta actualmente com 8 membros tendo levado a cabo diversas actividades nomeadamente:

Concertação de ideias, reflexão e troca de informações sobre as perspectivas de exploração do petróleo na Guiné-Bissau, definição e desenvolvimento de estratégias de comunicação e de implementação por todas as partes integrantes da sociedade de indústrias extractivas a fim de eliminar o tabu existente neste domínio.

Evidenciou as recomendações do primeiro ateliê levado a cabo pelo grupo e que resume seguinte:

- Criação de um quadro institucional jurídico e político;
- Informação, sensibilização e educação sobre a problemática do petróleo e outros minerais.
- Aspectos socio-económicos;
- Consolidar o grupo e criar uma rede de comunicação, nos domínios de ambiente, petróleo e boa governação com vista a sua implicação ao nível sub-regional e internacional.

Também invocou os objectivos do **GTP-IE** que são entre outros, a implementação imperativa da justiça que passa para a regulamentação dos mecanismos de controlo que favorecem uma distribuição equitativa dos proveitos às populações.

Em relação às convenções, fez uma listagem de algumas convenções internacionais assinadas e ratificadas pela Guiné-Bissau entre as quais se destacam:

- Convenção sobre a diversidade biológica (CBD)

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

- Convenção sobre as mudanças climáticas (KYOTO)
- Convenção de Bale (produção, transporte, estocagem dos resíduos tóxicos)
- Convenção RAMSAR (zonas húmidas)
- Convenção das Nações Unidas sobre os direitos do mar (UNCLOS)
- Convenção de espécies migratórias (CMS)
- Etc.

Antes de concluir, fez referência à situação da Guiné-Bissau face às convenções da organização marítima internacional, as quais a Guiné-bissau só ratificou uma.

Experiências da PCQVP- Guiné-Conacri - Apresentado pelo Sr. Kabinet Cissé

O senhor **Kabinet Cissé** da coligação da Guiné-Conacri partilhou com os seminaristas as experiências da sua coligação sobretudo no que respeita às acções que levam a cabo junto do governo nas negociações com as empresas que actuam na indústria mineira.

Na sua comunicação realçou o processo percorrido pela sua coligação desde a sua criação, definição dos objectivos, missão, estruturas e as actividades em curso.

A Guiné-Conacri aderiu à iniciativa desde Abril de 2005, e neste momento a coligação encontra-se na fase de consolidação mas tem desempenhado um papel notável, visando alcançar os objectivos da ITIE.

Da criação da Coligação até à data presente levaram a cabo várias acções entre as quais se destacam a redacção e difusão em Novembro 2006 de uma declaração que tem em conta os trabalhos de OSLO. Participação em vários encontros nacionais e internacionais sobre o reforço da capacidade da sociedade civil nos diferentes domínios.

Antes de terminar, apelou à sociedade civil da **Guiné-Bissau** no sentido de assumir com coragem, determinação e inteligência o seu papel de forma a influenciar o governo a aderir à iniciativa internacional de transparência nas indústrias extractivas para o bem dos cidadãos.

NO SEGUNDO DIA DO ATELIÊ FORAM APRESENTADOS OS SEGUINTE TEMAS :

Perspectivas de exploração do Petróleo e alguns minerais na Guiné-Bissau – apresentado pelo **Dr. Leonardo Cardoso** Director Geral da PETROGUIN-EP.

Começou por mostrar a sua preocupação e estranheza face ao conteúdo do termo de referência do ateliê de formação que num dos parágrafos fala «das perspectivas cada vez mais confirmadas de exploração do petróleo na Guiné-Bissau».

Esclareceu que, o que está em curso são as prospecções que até à data presente não se revelaram frutíferas em termos comerciais.

Em relação aos procedimentos de assinatura dos contratos de prospecção, tudo é feito sob orientação do Ministro dos recursos naturais com um parecer prévio do conselho Consultivo da Procuradoria-geral da República enquanto fiscal da Legalidade.

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

À luz da Lei nº2/82 a nenhuma empresa estrangeira pode ser concedida licença de prospecção sem que estar associada à PETROGUIN. Aliás, na Guiné-Bissau, não se procede a venda de licenças mas sim, as empresas concessionárias dão um bônus cujo montante varia consoante a empresa em causa e é canalizada directamente para o tesouro público.

Existem muitas especulações no país, nos jornais e na Internet que dão conta da existência de petróleo comerciável, estas informações não têm bases de sustentação, na medida em que a Empresa que dirige é a única com competência de fornecer informações relativas aos resultados das prospecções que até esta data só conseguiram construir 18 furos sem resultados satisfatórios.

Tem conhecimento sobre a existência de um grupo temático do petróleo mas infelizmente nunca contactou a PETROGUIN para efeitos de troca de informações.

Nesta senda de perspectivas de exploração foi incumbido o Director Geral de Geologia e Minas **Eng.º Seco Bua Baió** para apresentar o tema referente **às perspectivas de exploração de alguns minerais identificados na Guiné-Bissau.**

Começou por dizer que o ambiente da indústria mineira internacional é caracterizado nestes últimos anos com as profundas mutações e duma competição mais marcada entre os países mineiros emergentes.

A Guiné-Bissau em relação aos países da Sub-região não é de tradição mineira, porque não beneficiou até à independência, de um trabalho sistemático de cartografia e de pesquisa mineira.

Por outro lado, está inserida numa zona com forte desenvolvimento de actividades mineiras desde o tempo colonial, casos da Guiné-Conacri com exploração de bauxite, ferro, diamante, ouro, materiais de construção etc. Do Senegal com fosfato, ouro, cimento e do Mali com ouro e fosfato.

O País não dispõe de infra-estruturas de base para proceder à exploração do jazigo de Fosfato de Farim com cerca de 100 milhões de toneladas assim como os 110 milhões de toneladas de Bauxite, por isso é necessária a adopção de uma política estratégica a nível interno, tomando em conta a política adoptada pela UEMOA para o sector em 2000.

Essa política prevê entre outras coisas:

- Uma estabilidade política institucional e governativa.
- Um quadro legislativo e regulamentar atraente para o sector.
- Uma cooperação bilateral e multilateral bem consolidada.
- Uma boa política ambiental.

Esta política visa entre outras coisas:

- Dinamizar a pesquisa, a exploração e a transformação das substâncias mineiras dos Estados membros da UEMOA;
- Melhorar as infra-estruturas de base,

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

- Criar empregos;
- Facilitar a transparência da tecnologia;
- Favorecer a utilização das receitas no sector agrícola para uma melhor segurança alimentar,
- Preservar o ambiente

Em relação às potencialidades do país e a situação da exploração dos recursos, neste momento as actividades de exploração estão ligadas só ao nível de materiais de construção com um quadro jurídico regulamentado pela lei das pedreiras (Lei N°4/86) e o seu Decreto Regulamentar (N° 33/87)

As empresas que actuam no sector da construção civil e dos privados artesanais que exploram as pedreiras fazem-na mediante a concessão de licenças emitidas pela DGGM/MRNA

Relativamente às minas, foram concedidas duas licenças de arrendamento mineiro às empresas GB Phosphate LTD (Fosfato de Farim) e Angola Bauxite S.A.

Para concluir, apelou à colaboração de todos com vista a alcançar os objectivos programados.

O Conceito do orçamento e sua importância na Transparência - Apresentado pelo Sr. Michel Saraka.

Falou de algumas razões que justificam a pertinência da execução do orçamento nomeadamente:

- A justiça económica e social;
- O engajamento com os processos orçamentais;
- Minimização da corrupção na execução orçamental;
- Aclarar as despesas programadas;
- Rigidez na implementação do orçamento programado;
- Transparência nas despesas engajadas

No que se refere à relação entre o orçamento e transparência o Sr. Saraka disse que o orçamento nacional deve ser o reflexo da boa governação, uma vez que o relatório da ITIE coloca à disposição dos países membros os mecanismos de controlo e de seguimento do orçamento que deve ser flectido também nos relatórios periódicos desses países.

No concernente ao papel das ONG's e as OSC no controlo do orçamento constitui um movimento social que começou na década 90, desde então as organizações independentes começaram a interessar-se pelo impacto que os orçamentos têm sobre os mais vulneráveis em relação aos mais ricos.

Na segunda parte da sua comunicação abordou a política, estrutura e o papel dos processos orçamentais, das fases do orçamento, etapas da fase da sua elaboração, etapas da fase de aprovação, assim como da implementação e da auditoria.

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

Após a conclusão das comunicações previstas para este ateliê, foram constituídos grupos temáticos divididos da seguinte forma:

GRUPO 1: A iniciativa de transparência nas indústrias extractivas ITIE e a campanha Publicar o que você paga: Governo, Empresas e sociedade civil na transparência dos contratos.

GRUPO 2: Impactos ambientais e sociais das explorações minerais e petrolíferas sobre as populações e as convenções internacionais.

GRUPO 3: Orçamento do estado e o papel das organizações da sociedade civil

GRUPO 4: O Papel dos médias na campanha Publicar o que você paga

TERCEIRO E ÚLTIMO DIA DO ATELIÊ

Ficou dominado pela conclusão e apresentação dos trabalhos dos grupos temáticos com as suas respectivas recomendações.

Antes do acto de encerramento do ateliê e no cumprimento do programa, os seminaristas tiveram oportunidade de ouvir atentamente a apresentação de alguns parceiros nacionais e internacionais de desenvolvimento, nomeadamente: UICN, OSIWA e RENENU WHOTCH que apresentaram as suas organizações, os seus projectos e mecanismos de acesso aos fundos das suas organizações.

A sessão foi marcada pela constituição da coligação da Guiné-Bissau e lançamento oficial da campanha PQVP.

Assim ficou constituída a coligação:

Secretariado Executivo:

Coordenador - **Dr. Luís Vaz Martins (LGDH)**

Coordenador Adjunto - **Dr. Mamadú Queta (MNSCPDD)**

Secretária para as Relações Internacionais - **Dr.ª Dionisia Gomes (PALMEIRINHA)**

Secretário para a Administração e Finanças **Lázaro Barbosa (NANTINYAN)**

Secretário para a comunicação e informação - A indicar pelo sindicato dos Jornalistas (**SINJOTECS**)

Organizações membros:

Observatório dos Direitos Humanos
Conselho Nacional da Juventude
Federação Cafó
Nadel
Associação dos Filhos e Amigos de Salquenhe
Federação Botroden Golen-Boé

Antes dos discursos de encerramento foram lidas as seguintes recomendações saídas do ateliê:

RECOMENDAÇÕES

- Maior diálogo e mobilização de todos os actores com vista à adesão do nosso país à ITIE;
- A coligação deve ter como membros pessoas influentes com vocação ao diálogo permitindo alcançar os objectivos traçados pela ITIE;
- Adopção de mecanismos de sensibilização das instituições públicas e a população em geral, sobre os benefícios da transparência nas indústrias extractivas;
- A publicação regular de relatórios de actividades das indústrias extractivas;
- A institucionalização de uma rede de jornalistas especializados no domínio da indústria extractiva;
- Adopção de pacotes de legislação visando regulamentar o processo de celebração dos contratos com as empresas, assim como a obrigatoriedade de publicação dos pagamentos efectuados pelas mesmas;
- Tomar todas as disposições úteis e necessárias para atenuar os problemas ambientais nas zonas de exploração;
- Participação efectiva da sociedade civil na elaboração e aprovação dos termos de referência e de relatórios de estudo de impactes ambientais;
- A provação urgente de um quadro jurídico sobre a problemática de avaliação do impacte ambiental no país;
- Apoiar as instituições estatais de fiscalização das contas do Estado na melhoria do processo de facilitação de acesso às informações;
- Adopção de mecanismos eficazes e coerentes de combate à corrupção no sector mineiro;

COLIGAÇÃO PUBLICAR O QUE VOCÊ PAGA GUINÉ-BISSAU

- A adopção de medidas administrativas e financeiras com vista a uma justa indemnização das populações vítimas dos efeitos colaterais de extracção dos minerais.

O acto oficial de encerramento foi marcado pelos discursos do presidente do Movimento da Sociedade Civil, da coordenadora regional da campanha PQVP e da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

O senhor Jorge Gomes, Presidente do movimento da sociedade civil agradeceu aos presentes pelas valiosas contribuições que deram durante os trabalhos, aos apresentadores dos temas pela forma sábia como expuseram as suas experiências e, finalmente, desejou a todos um bom regresso às proveniências.

A Sr.^a Marie Angel realçou o importantíssimo papel das OSC no desenvolvimento da campanha, porquanto um instrumento de sensibilização e informação sobre as iniciativas de transparência. A concluir, esta “expert” internacional aconselhou a coligação guineense no sentido de agir com dinamismo e profissionalismo de forma a atingir os objectivos da campanha.

O ateliê foi encerrado por S. Exa. a Sr.^a Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional **Dr.^a Maria da Conceição Nobre Cabral** em representação do Sr. Primeiro-ministro **Martinho N’Dafa Cabi**, que mais uma vez elogiou as OSC pela alta capacidade organizativa que demonstraram na organização deste importante evento.

Finalmente, reafirmou a disponibilidade de colaboração e apoio do governo em relação à iniciativa e às demais que possam trazer ao país benefícios e ainda prometeu, caso for preciso, disponibilizar recursos humanos e outros para apoiar no que for necessário.

Feito em Bissau aos 21 dias do mês de Maio 2008